

IDENTIFICAÇÃO RECURSOS	DOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) f	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				De Exercícios Anteriores (b)
0100200000 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde		-7.644.332,11	0,00	152.705,23	0,00	19.291,73	-7.816.329,07	603.937,91	0,00
0101400000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - União		-4.440.935,31	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.440.935,31	0,00	0,00
0104200000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Estado		-523.948,58	0,00	0,00	0,00	0,00	-523.948,58	0,00	0,00
0102300000 - Transferências de Convênios - Saúde		-760.239,06	0,00	0,00	0,00	0,00	-760.239,06	0,00	0,00
0106400000 - Atenção Básica		-6.042.832,90	0,00	15.139,77	0,00	29.545,90	-6.087.518,57	728.170,38	0,00
0106500000 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		-7.324.455,06	0,00	0,00	0,00	10.089,99	-7.334.545,05	42.963,73	0,00
0106600000 - Vigilância em Saúde		-7.532.482,06	0,00	0,00	0,00	2.334,08	-7.534.816,14	34.519,25	0,00
0106700000 - Assistência Farmacêutica Básica		-3.419.425,89	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.419.425,89	2.077,89	0,00
0106800000 - Assistência Farmacêutica Estratégica		-1.987.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.987.932,00	0,00	0,00
0102900000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		-5.140.688,45	0,00	734,64	0,00	9.912,75	-5.151.335,84	396.610,39	0,00
TOTAL (III) = (I) + (II)		-99.465.729,76	0,00	190.236,11	98.527,95	200.251,57	-99.954.745,39	5.867.758,79	0,00
IDENTIFICAÇÃO RECURSOS	DOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) f	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				De Exercícios Anteriores (b)

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Prefeito

ARI CARLOS S CRUZ
Contador CRC/RN 010937

Publicado por:
Artur Felipe de Araújo Silva
Código Identificador:C3EF45E9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

TESOURARIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Consolidado	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
2º quadrimestre de 2018 (até Agosto)		
RGF-ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')	RS 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	47.527.751,36	0,00
Pessoal Ativo	44.875.403,03	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	40.280.328,61	0,00
Obrigações Patronais	4.595.074,42	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.652.348,33	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.546.482,83	0,00
Pensões	105.865,50	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (Par. 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (Par. 1º do art. 19 da LRF)	4.441.291,97	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	527.231,85	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	35.000,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	1.226.711,79	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.652.348,33	0,00
DESP. LIQ. COM PESSOAL (III)=(I-II)	43.086.459,39	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	72.361.763,05	-
(-) Transferência obrigatória da união relativas às emendas individuais (V) (\$13, art. 166 da CF)	0,00	0,00 % (*)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - (VI)	72.361.763,05	100,00 %
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	43.086.459,39	59,54 %
LIMITE MÁXIMO (VIII)(incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	39.075.352,05	54,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	37.121.584,45	51,30 %
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do Par. 1º do art. 59 da LRF)	35.167.816,85	48,60 %
FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal de Goianinha - DATA DA EMISSÃO: 24/09/2018 - HORA DA EMISSÃO: 09:47:55		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da lei 4.320/64

RUDEMBERG HONORIO LISBOA

Prefeito

MARGARETH ALVES DE OLIVEIRA

Tesoureira

SUEANE CORREIA DE CASTRO

Controladora Municipal

Consolidado	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2º quadrimestre de 2018 (até Agosto)			
	RGF - ANEXO 2 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea 'b')			RS 1,00
	SALDO DO EXERCÍCIO 2017	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	39.524.893,10	39.524.893,10	0,00
Divida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	39.524.893,10	39.524.893,10	0,00
Empréstimos	0,00	651.222,97	651.222,97	0,00
Internos	0,00	651.222,97	651.222,97	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	38.873.670,13	38.873.670,13	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	37.343.882,06	37.343.882,06	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	1.529.788,07	1.529.788,07	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.652.295,92	5.607.731,25	5.607.731,25	0,00
Disponibilidade de caixa	1.652.295,92	5.607.731,25	5.607.731,25	0,00
Disponibilidade de caixa bruta	6.575.187,84	6.475.814,46	6.475.814,46	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	4.922.891,92	868.083,21	868.083,21	0,00
Demais haveres financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.652.295,92	33.917.161,85	33.917.161,85	0,00
Receita corrente líquida - RCL	69.477.442,78	70.117.362,87	72.361.763,05	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00%	56,37%	54,62%	0,00%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-2,38%	48,37%	46,87%	0,00%
Limite definido por resolução do Senado Federal (%)	83.372.931,34	84.140.835,44	86.834.115,66	0,00
Limite de alerta (inciso III do par. 1º do art. 59 da LRF) (%)	75.035.638,20	75.726.751,90	78.150.704,09	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DÍVIDA CONSOLIDADA				
Precatórios anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar não processados	152.771,70	57.508,85	57.508,85	0,00
Antecipação de receita orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal de Goianinha - DATA DA EMISSÃO: 24/09/2018 - HORA DA EMISSÃO: 09:52:39

NOTA: Os valores da Câmara não estão contemplados neste relatório.

RUDEMBERG HONORIO LISBOA

Prefeito

MARGARETH ALVES DE OLIVEIRA

Tesoureira

SUEANE CORREIA DE CASTRO

Controladora Municipal

Consolidado	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2º quadrimestre de 2018 (até Agosto)			
	RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40 § 1o.)			RS 1,00
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO ATUAL		
		Até o 1o. Quadrimestre	Até o 2o. Quadrimestre	Até o 3o. Quadrimestre
GARANTIAS CONCEDIDAS				
AOS ESTADOS (I)				

Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICIPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	69.477.442,78	70.117.362,87	72.361.763,05	
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%> de RCL (VI)	15.285.037,41	15.425.819,83	15.919.587,87	0,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do par. 1º do art.59 da LRF)(90%) de <22%> RCL (VI)	13.756.533,67	13.883.237,85	14.327.629,08	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO ATUAL		
		Até o 1o. Quadrimestre	Até o 2o. Quadrimestre	Até o 3o. Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantias às Operações de Crédito Externas				
Em Garantias às Operações de Crédito Internas				
DOS MUNICIPIOS (VIII)				
Em Garantias às Operações de Crédito Externas				
Em Garantias às Operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantias às Operações de Crédito Externas				
Em Garantias às Operações de Crédito Internas				
EM CONTRAGARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)				
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)				
FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal de Goianinha - DATA DA EMISSÃO: 24/09/2018 - HORA DA EMISSÃO: 09:54:09				

RUDEMBERG HONORIO LISBOA

Prefeito

MARGARETH ALVES DE OLIVEIRA

Tesoureira

SUEANE CORREIA DE CASTRO

Controladora Municipal

Consolidado	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
	DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
2º quadrimestre de 2018 (até Agosto)		
RGF-Anexo 4 (LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c')	RS 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	NO QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição financiada de bens e arrendamento mercantil financeiro	0,00	0,00
Antecipação de receita pela venda a termo de bens e serviços	0,00	0,00
Assunção, reconhecimento e confissão de dívidas (LRF, art 29, parágrafo)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º parágrafo 3º da RSF nº 43/200	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição financiada de bens e arrendamento mercantil financeiro	0,00	0,00
Antecipação de receita pela venda a termo de bens e serviços	0,00	0,00
Assunção, reconhecimento e confissão de dívidas (LRF, art 29, parágrafo)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º parágrafo 3º da RSF nº 43/200	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
Receita corrente líquida - RCL	72.361.763,05	100,00 %
Operações vedadas (II)	0,00	0,00 %
Total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite (III)=(I+ II)	0,00	0,00 %
Limite geral definido por resolução do Senado Federal para as operações de crédito internas e externa	11.577.882,09	16,00 %
Limite de alerta (inciso III do par.1º do art.59 da LRF) - (%)	10.420.093,88	14,40 %
Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária	0,00	0,00 %
Limite definido por resolução do Senado Federal para as operações de crédito por antecipação de recei	5.065.323,41	7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	NO QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA (a)
Parcelamento de dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal de Goianinha - DATA DA EMISSÃO: 24/09/2018 - HORA DA EMISSÃO: 09:55:20		
Nota :		

RUDEMBERG HONORIO LISBOA

Prefeito

MARGARETH ALVES DE OLIVEIRA

Tesoureira

SUEANE CORREIA DE CASTRO

Controladora Municipal

Consolidado	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
	DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
	2º quadrimestre de 2018 (até Agosto)	
Anexo 6 - LRF, Art. 48,	R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	72.361.763,05	
Receita Corrente Líquida Ajustada	72.361.763,05	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	43.086.459,39	59,54%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	39.075.352,05	54,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	37.121.584,44	51,30%
Limite de Alerta (inciso II do par.1º do art.59 da LRF) - <%>	35.167.816,85	48,60%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	33.917.161,85	46,87%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	86.834.115,66	120,00%
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.919.587,87	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	11.577.882,09	16,00%
Limite definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.065.323,41	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor total	-	-

FONTE: SISTEMA: Aspec Informática - UNIDADE RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal de Goianinha - DATA DA EMISSÃO: 24/09/2018 - HORA DA EMISSÃO: 10:00:07

RUDEMBERG HONORIO LISBOA

Prefeito

MARGARETH ALVES DE OLIVEIRA

Tesoureira

SUEANE CORREIA DE CASTRO

Controladora Municipal

ANEXO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL MUNICIPAL/RGF

Ente: Poder Executivo do Município de Goianinha/RN

Período de Apuração: 2º Quadrimestre de 2018.

1. APRESENTAÇÃO.

O Relatório de Gestão Fiscal/RGF, relativo ao 2º Quadrimestre de 2018, sujeito a ajustes até o encerramento final dos Balanços Gerais do ente público municipal, apresenta os comentários e definições que se estão nesta nota, quando seguem os modelos estabelecidos pelo “Manual dos Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional/STN”, válidos para o exercício financeiro de 2018.

Iniciamos, destacando que a finalidade do RGF é verificar o cumprimento ou não, de diversos limites gerais fiscais, estabelecidos nos art. 54 e 55 da LRF. Por exemplo, temos o demonstrativo dos “Gastos com Pessoal e Encargos”, em razão da magnitude do volume de recurso empregado e a situação de fato vivido pela administração pública municipal, quando essa tem sido objeto de exames cuidadosos por parte do Executivo Municipal e demais setores do ente. Outros índices apurados se referem à dívida fundada, operações de crédito, restos a pagar, entre outros.

No tocante ao gasto líquido com pessoal, aproveita-se o ensejo da publicação do RGF, relativo a esse período, para apresentar os comentários devidos, conforme explanação a seguir.

2. DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS.

O elevado comprometimento da Receita Corrente Líquida com a despesa líquida de pessoal e encargos pode ser observado no RGF ora publicado, que aponta pela superação dos limites prudencial e legal, estabelecidos pela LRF.

Do exame do Relatório acima se pode concluir que nos últimos 12 meses, inclusive os meses do exercício de 2018, a despesa com pessoal – valor absoluto – teve a manutenção de percentual acima do limite legal definido pela LRF, refletindo a necessidade da continuidade das iniciativas e efeitos das medidas administrativas visando a redução desse gasto, que foram:

- Implementação de medidas saneadoras tais como: Expedição de Decretos n.os 845 de 02 de agosto de 2018, que prorroga os efeitos do decreto N°. 826/2018, e tem como medida a redução dos vencimentos dos cargos comissionados; e 846 de 02 de agosto de 2018, que prorroga os efeitos do decreto N°. 827/2018, e tem como medida a redução dos vencimentos do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários; Outros decretos publicados no início do exercício, tais como o n° 788 e 789 de 08 de janeiro de 2018, que visam cortes de gratificações, vantagens e etc continuam em vigor; todos visando a busca na redução de gasto com pessoal.
- Implementação de procedimento de controle e acompanhamento de frequência laboral e análise dos pontos e frequência de servidores registrados (Secretaria de Saúde já implantado), estando em trâmite o procedimento licitatório para aquisição dos equipamentos para atender as demais secretarias;
- Avaliação das situações de acúmulo indevido de cargos, a insalubridade e a periculosidade concedida aos servidores municipais, os quais geram adicionais à remuneração mensal de servidores;
- Avaliação da situação de servidores que ainda estão no quadro permanente de funcionários, mas que já estão em vias de se aposentar e até aposentados, mas que não se desligaram do quadro municipal;
- Vigilância permanente, através da Secretaria Municipal de Administração, no tocante ao controle de novos contratos temporários ou a concessão de benefícios a servidores; e o desenvolvimento de controles na concessão e apuração de horas extras no âmbito da administração do Poder Executivo, até com a sua extinção; e

f) O impacto de parcelamento e/ou pagamento da dívida de precatórios do ente público municipal, no total da despesa com pessoal e encargos, cujo montante deve ser subtraído do cômputo de gasto com pessoal, conforme a legislação em vigor.

Considerando-se que já em 2018, o TCE RN emitiu alerta ao município, dando conta da extrapolação do gasto com pessoal, sendo que ainda em 2017 – 6º bimestre de 2017, vimos, definindo como marco inicial da contagem do prazo para ajustamento dos encargos com pessoal ao limite legal, a data desse alerta, que fora publicada no Diário Eletrônico do TCE RN, em 13.04.2018 – folha 9, e considerando-se, frente ao baixo crescimento do PIB nacional, a determinação contida no art. 66 da LRF, que a Prefeitura Municipal deverá ter dois períodos consecutivos, multiplicado pelo dobro, para ajustamento do excesso de pessoal registrado, em relação à RCL, quando tais dispêndios deverão estar reduzidos ao percentual previsto no art. 20, inciso III, alínea “b” da LRF.

Neste caso, em face das normas atinentes à matéria e por fazemos essa apuração do RGF quadrimestralmente, teremos esses dois períodos para implementação do início da redução do excesso relativo à despesa líquida com pessoal.

O direito adquirido no que se refere a ganhos salariais, aliado à imposição de leis federais que tratam de reajustes e revisões de salários de servidores municipais, principalmente nas categorias do magistério municipal e daqueles que percebem salário mínimo igual ao nacional, geram impactos relevantes ao controle fiscal municipal, quando a receita corrente líquida apurada no período, não compensa essa elevação, impede que a redução programada no comprometimento da despesa com pessoal seja atingida.

Mas, as metas postas visando essa redução estão sendo vigiadas e cobradas pela administração, que não arreda desse controle, mesmo sabendo que, não adianta reduzir as despesas com pessoal e a receita corrente líquida/RCL apresenta reduções e com isso compromete o resultado final programado, atingir os níveis de redução na despesa pública, previstos pela LRF.

Em relação aos outros aspectos fiscais destacados no RGF, todos estão sob controle e abaixo do limite legal definido pela LRF, respectivamente, o que nos faz concluir que estamos ajustados no tocante a essa questão.

3. CONCLUSÃO.

O ente público municipal, visando cumprir a norma legal, retomará as iniciativas já adotadas no ano de 2017, e nos dois primeiros quadrimestres de 2018, reforçará outras novas, com vistas a contenção de gastos administrativos, em especial aqueles voltados à categoria de pessoal, permitindo a melhor situação fiscal do ente público em períodos próximos.

WILSON GOMES MACHADO JÚNIOR

Secretário Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

SUEANE CORREIA DE CASTRO

Controlador Geral

Publicado por:
Maria Eugênia do Nascimento
Código Identificador:C8671081

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2018

PROCESSO nº 69/2018

Pregão Presencial SRP nº 24/2018

ORGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Grossos/RN - CNPJ 08.077.273/0001-46

ORGÃO(S) PARTICIPANTE(S): Fundo Municipal de Saúde de Grossos - CNPJ11. 418.305/0001-34 e o Fundo Municipal de Assistência Social de Grossos/RN - CNPJ 16.604.591/0001-46

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios (TIPO PADARIA), para suprir as necessidades das Secretarias Municipal.

DATA DA ASSINATURA: 26 de setembro de 2018.

VIGÊNCIA: a contar da assinatura: 26 de setembro de 2018 até 25 de setembro de 2019.

PREÇOS REGISTRADOS:

Fornecedor: SEBASTIÃO BEZERRA FRANÇA ME		
CNPJ: 01.243.194/0001-19	Telefone:	Email:
Endereço: AV. PRESIDENTE COSTA E SILVA, 1298, ABOLIÇÃO IV, MOSSORÓ/RN, CEP: 59614-000		
Representante: Sebastião Bezerra França - CPF: 720.461.747-72		

LOTE 1						
Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R\$)	Vlr. Total(R\$)
1	0028562 - Pão tipo francês 40g.		UND	15000,00	0,310	4.650,00
2	0000040 - Pão tipo Hot dog 50 gramas, pão massa fina para cachorro quente. Isento de mofos ou outras partículas que prejudiquem sua aparência e qualidade.		UND	3000,00	3,200	9.600,00
3	0025157 - Pão comum, tipo doce e salgado, sabores diversos		UND	15000,00	0,300	4.500,00
4	0028563 - Pão massa fina tipo Queijo.		UND	9000,00	0,310	2.790,00
5	0025159 - Pão, tipo de forma integral, com posição básica, peso 500g, características adicionais sem adição de açúcar e sem gordura, apresentação fatiado.		pet	6000,00	3,300	19.800,00
6	0023180 - BOLO TAMANHO MÉDIO TIPO FOFO		Kg.	300,00	5,800	1.740,00
7	0028564 - Bolo tipo Batata doce Kg.		Kg	300,00	5,800	1.740,00
8	0023185 - BOLO TAMANHO GRANDE TIPO MILHO		Kg.	300,00	5,800	1.740,00
9	0023184 - BOLO TAMANHO GRANDE TIPO LEITE		Kg.	300,00	5,800	1.740,00
10	0028565 - Bolo tipo Chocolate kg.		Kg	300,00	5,800	1.740,00
11	0029676 - BOLO DE CENOURA		kg	300,00	5,800	1.740,00
12	0028567 - Bolo tipo Laranja kg.		Kg	300,00	5,800	1.740,00
13	0023182 - BOLO TAMANHO GRANDE TIPO CONFEITADO		Kg.	1500,00	28,000	42.000,00
14	0028568 - Biscoito salgado tipo rosca kg.		Kg	3000,00	2,100	6.300,00
15	0028569 - Salgado tipo Mini Pizza P		UND	9000,00	0,230	2.070,00